

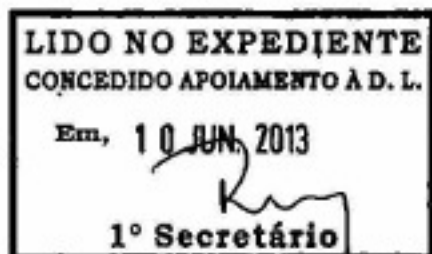


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1778/13



SÚMULA: Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, sobre a criação de legislação específica, para que as licitações públicas do Estado sejam regidas pelo dispositivo da legislação federal, conforme especificado no presente texto.

Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado:

O Deputado que subscreve a presente indicação dirige-se a Vossa Excelência para sugerir e reivindicar a criação de legislação que disponha sobre Licitações Públicas Sustentáveis no Estado do Paraná, em conformidade com o estabelecido pelo dispositivo da Legislação Federal conforme segue:

Art. 1º - As licitações públicas do Estado do Paraná, regem-se pelo disposto na legislação federal específica e pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único - Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Direta.

Art. 2º - Entende-se por licitação pública o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio, fornecedores interessados na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público.

§ 1º - O interesse público compreende o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e os demais interesses da administração pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º - Os pregões, regidos pela Lei Federal nº 10.520, de 2002, são compreendidos como modalidade de licitação pública, para os efeitos desta lei.

Art. 3º - As licitações públicas seguirão os princípios estabelecidos pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e também os princípios da Ecoeficiência e da Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 2010.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – Ecoeficiência: análise comparativa que inclua a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida à população, considerados a redução do impacto ambiental e do consumo de energia e recursos naturais;

II – Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei.

Art. 4º - Nos termos do inciso VI do art. 170 da Constituição Federal e do inciso XI do art. 7º da Lei Federal nº 12.305, de 2010, a administração pública poderá definir, no objeto pretendido do instrumento convocatório, a utilização de variantes ambiental e socialmente sustentáveis, tais como:

I – produtos e serviços com melhor eficiência no uso de água, energia e outros recursos naturais ao longo de seu ciclo de vida ou execução, conforme o inciso XII do art. 5º da Lei Federal nº 12.187, de 2009;

II – produtos e embalagens elaborados total ou parcialmente a partir de matérias-primas recicladas ou renováveis;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



III – produtos e embalagens biodegradáveis, recicláveis ou atendidos por cadeias de logística reversa, nos termos da Lei Federal nº12.305, de 2010, ~~da Lei nº 18.031, de 2009 e do art. 4º da Lei nº 13.706, de 2000;~~ **VALE RASURA**

IV – Processos produtivos, produtos e serviços que atendam aos critérios estabelecidos pelas instituições oficiais de meio ambiente, metrologia, qualidade, normatização técnica, defesa sanitária e vigilância sanitária;

V – Empreendedores, processos produtivos, produtos e serviços que atendam aos critérios de certificações e avaliações de conformidade ambientais, sociais e de eficiência energética;

VI – Produtos e embalagens que contenham ou emitam produtos tóxicos ou perigosos em quantidades inferiores aos padrões de mercado, ou que não os apresentem acima dos limites recomendados por normas ou estudos técnicos;

VII – Produtos e serviços com características que minimizem os riscos de acidentes ambientais;

VIII – Produtos e serviços que gerem poluição sonora em quantidades inferiores aos padrões de mercado, ou que não os apresentem acima dos limites recomendados por normas ou estudos técnicos;

IX – Comprovação de origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

X – Empreendedores e serviços com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, quando couber, nos termos da Lei Federal nº12.305, de 2010, e da Lei nº 18.031, de 2009.

§ 1º - Os critérios de que trata o *caput* deste artigo não comprometerão a natureza competitiva do procedimento;

§ 2º - A comprovação do disposto nos incisos IV e V deste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



oficial ou instituição credenciada, ou por documentação que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;

§ 3º - Os critérios a que se refere o *caput* deste artigo serão objetivos e, preferencialmente, se remeterão à comparação de performance ou de seu efeito sobre o meio ambiente e a sociedade, aceitando-se, quando não for possível, descrição específica da técnica, da tecnologia ou do material a serem empregados;

§ 4º - As definições de objeto, neste artigo, que se aplicarem a produtos, podem aplicar-se igualmente aos serviços que utilizem esses produtos.

Art. 5º - A comprovação das exigências sociais e ambientalmente sustentáveis contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º - Em caso de inexistência da certificação referida no *caput*, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

§ 2º - Caso o bem ou serviço seja considerado inadequado em relação às exigências do instrumento convocatório, o contratante deverá apresentar razões técnicas, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor.

Art. 6º. A Administração poderá especificar, no instrumento convocatório, critérios objetivos de desempate em que conste a preferência de contratação para produtos e serviços ambientalmente e socialmente sustentáveis.

§ 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



§ 2º - Ocorrendo o empate, a proposta que atenda aos critérios ambientais e sociais e que apresentar melhor proposta (preço, técnica ou técnica e preço) será considerada vencedora do certame;

§ 3º - A partir de motivação fundamentada em estudos técnicos que garantam a escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público, a porcentagem a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser estabelecida em valores menores ou maiores a 5%;

§ 4º - O *caput* deste artigo não exclui os critérios de desempate definidos no § 2º do art. 3º da Lei Federal 8.666, de 1993, no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e no art. 440 do Decreto-Lei Federal nº 3.689, de 1941.

Art. 7º – Em programas de aquisição direta de alimentos oriundos da agricultura familiar, urbana ou rural, dispensada a licitação, os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ser adquiridos com valor acrescido até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para os produtos tradicionais, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Art. 8º - Nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas.

Art. 9º - O Poder Público, de forma a orientar as licitações e contratos públicos, elaborará:

I – Catálogo de Produtos e Serviços Sustentáveis, indicando as características técnicas e a avaliação de sustentabilidade desses objetos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



II – Guias de Licitações Sustentáveis, indicando procedimentos para a melhor avaliação da ecoeficiência e dos demais critérios de sustentabilidade durante o processo licitatório e fornecendo modelos para editais sustentáveis;

III – Metas graduais para substituição do consumo de produtos e serviços por seus equivalentes mais sustentáveis, nos casos em que tal instrumento se mostrar adequado para incentivo e adaptação gradual do mercado fornecedor;

IV – Planos de Gestão de Logística Sustentável no âmbito dos órgãos e entidades públicas, contendo, no mínimo:

a) atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

b) práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

c) responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;

d) ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 10º - As licitações e contratos públicos poderão ser realizados em consórcios ou editais coletivos entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

§ 1º - Com base nos ganhos de escala por parte do licitante, o Poder Público poderá exigir critérios adicionais de sustentabilidade ambiental e social.

§ 2º - A adesão aos editais coletivos a que se refere o “caput” poderá se dar por meio de sistema eletrônico, desenvolvido com essa finalidade.

Art. 11º - Nas licitações para obras e serviços, o edital para elaboração do projeto básico e/ou executivo deve prever os estudos técnicos necessários às autorizações e licenciamentos ambientais cabíveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Parágrafo único - A licitação da execução de obras e serviços somente se dará após a expedição das devidas autorizações ambientais e licença ambiental prévia, quando cabível.

Art. 12º - No edital para contratação de obras e serviços, o Poder Público poderá exigir do licitante a comprovação de sua capacidade econômica e financeira para arcar com os custos potenciais de recuperação de áreas degradadas e de indenização de danos pessoais e materiais causados à população e ao patrimônio público na realização dos serviços que representem risco real de danos ao meio ambiente e à saúde pública.

Art. 13º - Nos editais e contratos para serviços de limpeza e conservação, o Poder Público poderá exigir a implantação e execução de serviço de coleta seletiva de lixo, inclusive prevendo a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 14º - Os órgãos e entidades da Administração Pública, autárquica e fundacional deverão disponibilizar os bens considerados ociosos, que não tenham previsão de utilização ou alienação, para doação a outros órgãos e entidades públicas.

Parágrafo único. Os bens de informática e automação considerados ociosos poderão ser destinados a políticas públicas de inclusão digital, conforme estabelecido em regulamentação específica.

Art. 15º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2013



RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem como objetivo trazer instrumentos e condições para a inserção de critérios de sustentabilidade nas compras e contratos públicos. O foco principal do projeto de lei é fornecer amparo jurídico e fundamentos técnicos para estimular os servidores dos setores públicos de licitação a considerar os aspectos de eficiência no ciclo de vida do produto e os respectivos impactos ambientais.

As inovações propostas nesse projeto foram trazidas das discussões mais avançadas no nível nacional e internacional. No cenário internacional, foram tomados como exemplos as práticas da Europa, Japão e Estados Unidos. As principais referências foram o Guia Prático de Licitações Sustentáveis das Nações Unidas, o Guia de Compras Públicas Sustentáveis do ICLEI (Local Governments for Sustainability), o guia "Comprando Verde" (Buying Green) da Comunidade Europeia, a Política Básica de Promoção de Licitações Sustentáveis do Governo do Japão, a Estratégia para Licitações Sustentáveis para Governos Locais do Governo Britânico, o Guia de Licitações Sustentáveis da Agência Ambiental Americana (USEPA) e o Relatório sobre Licitações Sustentáveis da Consultoria Legislativa do Congresso Americano.

No cenário nacional, tomou-se por base a regulamentação já existente, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 2010), Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187, de 2009), Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666 de 1993), bem como a regulação infra legal de licitações sustentáveis já em vigor para o Poder Executivo Federal, na forma do Decreto Federal nº 7.746, de 2012; da Instrução Normativa nº 1, de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Portaria nº 61, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente. Também foram tomados como referência o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, o Catálogo Sustentável da Fundação Getúlio Vargas, o livro "Curso de Licitação Sustentável" da Fundação de Direito Administrativo do Governo de São Paulo (Fundap), bem como

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



artigos acadêmicos sobre o tema e a jurisprudência dos tribunais em julgados envolvendo licenciamento ambiental em licitações.

O inciso XXVII do art. 22 da Constituição da República traz abertura para que os Estados regulamentem seus procedimentos de licitações e contratações, respeitadas as normas gerais estabelecidas pela União. Assim como o Poder Executivo Federal já se adianta no regulamento de licitações e contratações sustentáveis, consideramos que nosso Estado só tem a ganhar ao seguir nessa direção. Outros Estados já estão acumulando experiência nesse sentido, como o Distrito Federal, que promulgou sua própria lei de licitações sustentáveis (Lei Distrital nº 4.777, de 2012); enquanto o Estado de São Paulo regulamentou esse assunto por meio do Decreto Estadual nº 53.336, de 2008.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desse importante projeto.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 12 JUN. 2013
1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 1804/13

Súmula: Sugere a aquisição de 1 (uma) ambulância UTI, para o Hospital Universitário de Maringá - HUM.

Ao Excelentíssimo Senhor Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à Vossa Excelência, para expor e reivindicar o seguinte:

I – a aquisição de 1 (uma) ambulância UTI, para o Hospital Universitário de Maringá - HUM.

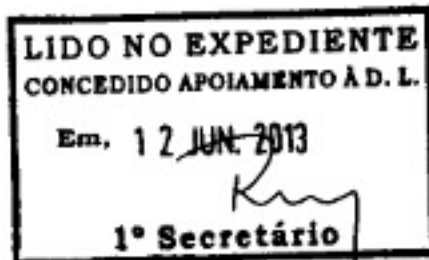
II – a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade do Município de Maringá, e tem como finalidade prestar socorro a população, reduzindo o tempo de atendimento e internação em hospitais.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2013.


DR. BATISTA
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



INDICAÇÃO Nº 1805/L3

Súmula: Sugere a aquisição de 1 (uma) ambulância UTI, para o Hospital Metropolitano de Sarandi.

Ao Excelentíssimo Senhor Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à Vossa Excelência, para expor e reivindicar o seguinte:

I – a aquisição de 1 (uma) ambulância UTI, para o Hospital Metropolitano de Sarandi.

II – a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade do Município de Sarandi, e tem como finalidade prestar socorro a população, reduzindo o tempo de atendimento e internação em hospitais.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2013.


DR. BATISTA
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



INDICAÇÃO Nº 1806/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 JUN 2013

1º Secretário

“Propõe que seja viabilizada a liberação de recursos para a construção de um barracão industrial no município de Cantagalo.”


AO SECRETÁRIO ESTADUAL DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL, EXMO RICARDO BARROS

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a V. Exa. a liberação de recursos para a construção de um barracão industrial no município de Cantagalo.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é de suma importância, tendo em vista a geração de emprego e renda e visando melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município de Cantagalo, que atualmente é baixo.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2013.


BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual

14:33 12/06/2013 085233 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

Deputado Bernardo Ribas Carli

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº – Gabinete 802 – 8º Andar – Centro Cívico – Curitiba – Paraná,
CEP 80530-911 – Fone: (41) 3350-4298 / 3350-4097



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



INDICAÇÃO Nº 1807/13



“Propõe que seja viabilizada a possibilidade de estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao trevo de acesso ao município de Goioxim.”

AO SECRETÁRIO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, EXMO JOSÉ RICHÁ FILHO

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a V. Exa. a possibilidade de estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao trevo de acesso ao município de Goioxim.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que, estadualizada, será mais fácil a aquisição de recursos para melhorias na referida estrada, pois a mesma encontra-se em situação precária.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2013.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual

14133 12/06/2013 08:52:34 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Deputado Bernardo Ribas Carli

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº – Gabinete 802 – 8º Andar – Centro Cívico – Curitiba – Paraná.
CEP 80530-911 – Fone: (41) 3350-4298 / 3350-4097



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 JUN. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 1808/13

Sugere a agilização na instalação da 2ª Vara Federal do município de Campo Mourão.

Ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça
Senhor Félix Fischer,

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência seus bons préstimos no sentido de viabilizar a antecipação da instalação da 2ª Vara Federal do município de Campo Mourão, prevista na Lei 12.011, em 04 de agosto de 2009.

JUSTIFICATIVA:

A instalação da 2ª Vara em Campo Mourão estava prevista desde a sanção da Lei 12.011, em 04 de agosto de 2009. A medida criou 230 varas federais para a interiorização da Justiça no país. O Conselho da Justiça Federal que delibera sobre a instalação de varas corrobora a necessidade de se implantar a referida Vara Federal no município em questão.

O ato de instalação desta Vara em Campo Mourão aliviará o trabalho que vem sendo executado de forma heroica e muito competente pela Justiça Federal na região. Desde que começou a atuar em 16 de junho de 2000, atendendo a demanda de 24 municípios, o número de processos vem crescendo. Já passam de 13 mil ações, sendo que 8.373 estão em andamento.

Na Vara de Campo Mourão, a relação é de 400 processos, enquanto que a média é de 182,99 processos. Além disso, a distribuição de novos feitos à Vara Federal é a mais alta do Estado atualmente, com 406 processos distribuídos no mês de abril de 2013. Assim, Campo Mourão conta hoje com a pesadosa 1ª colocação em número de processos distribuídos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Logo, existe a necessidade real da instalação da 2ª Vara em Campo Mourão, de forma antecipada, visto que Campo Mourão conta com apenas um magistrado atuando, com extrema urgência em viabilizar um melhor atendimento para a população, tornando a justiça mais célere e eficaz.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 JUN. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 1809/13

Sugere a agilização na instalação da 2ª Vara Federal do município de Campo Mourão.

À Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Senhora Gleisi Helena Hoffmann,

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência seus bons préstimos no sentido de viabilizar junto aos órgãos competentes da União a antecipação da instalação da 2ª Vara Federal do município de Campo Mourão, prevista na Lei 12.011, em 04 de agosto de 2009.

JUSTIFICATIVA:

A instalação da 2ª Vara em Campo Mourão estava prevista desde a sanção da Lei 12.011, em 04 de agosto de 2009. A medida criou 230 varas federais para a interiorização da Justiça no país. O Conselho da Justiça Federal que delibera sobre a instalação de varas corrobora a necessidade de se implantar a referida Vara Federal no município em questão.

O ato de instalação desta Vara em Campo Mourão aliviará o trabalho que vem sendo executado de forma heroica e muito competente pela Justiça Federal na região. Desde que começou a atuar em 16 de junho de 2000, atendendo a demanda de 24 municípios, o número de processos vem crescendo. Já passam de 13 mil ações, sendo que 8.373 estão em andamento.

Na Vara de Campo Mourão, a relação é de 400 processos, enquanto que a média é de 182,99 processos. Além disso, a distribuição de novos feitos à Vara Federal é a mais alta do Estado atualmente, com 406 processos distribuídos no mês de abril de 2013. Assim, Campo Mourão conta hoje com a pesadosa 1ª colocação em número de processos distribuídos.



Logo, existe a necessidade real da instalação da 2ª Vara em Campo Mourão, de forma antecipada, visto que Campo Mourão conta com apenas um magistrado atuando, com extrema urgência em viabilizar um melhor atendimento para a população, tornando a justiça mais célere e eficaz.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 1810/13



Sugere a disponibilização de materiais esportivos para o Município de Cantagalo, destinados a Associação de Desenvolvimento de Pequenos Agricultores da Região de Cavaco.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado de Esportes.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a disponibilização de materiais esportivos para o Município de Cantagalo, destinados a Associação de Desenvolvimento de Pequenos Agricultores da Região de Cavaco.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação oriunda do município de Cantagalo, encaminhada através do Vereador Leosmar Staidel e Vereadora Neusa Grein Ruginski, documento em anexo, objetivando a disponibilização de materiais esportivos para Associação Rural que desenvolve trabalhos junto à comunidade de Cavaco.

Ressalta-se para tanto a carência de áreas de lazer e esportes no município, principalmente nos bairros mais distantes da sede municipal, onde a Prefeitura por não ter recursos suficientes para atender a demanda de toda a cidade prioriza os ginásios centrais.

Ante o exposto, a disponibilização 08 bolas de futebol, 08 bolas de futsal, 08 bolas de vôlei e 50 medalhas, se faz imprescindível para a entidade que pretende proporcionar eventos de caráter esportivo e lazer com os referidos materiais esportivos.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2013.

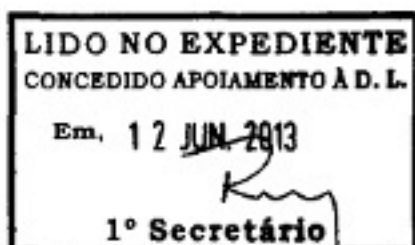
MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO 1811/2013



Súmula: Solicita ao Governo do Estado do Paraná a doação de um veículo Kombi ou similar para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Boa Esperança do Iguaçu-PR.

A Deputada Estadual Luciana Rafagnin, no uso de suas prerrogativas, vem respeitosamente através desta indicação legislativa, solicitar a iniciativa de Vossas Excelências no que diz respeito a doação de um veículo Kombi ou similar para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Boa Esperança do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2013.

LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org

15:21 12/06/2013 005250 MP ISSUMLIN LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O pedido acima se justifica, pois conforme relato da Presidente da APAE (em anexo) Senhora Anéri, a escola atende hoje 23 alunos dos quais apenas 4 residem no perímetro urbano do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR.

Logo, a dificuldade do transporte em comunidades longínquas do interior do Município de Boa Esperança evidencia a necessidade do veículo que ora se sugere que o Estado do Paraná faça a doação.

Ainda, conforme explica a Presidente da APAE, a escola possui apenas um veículo Kombi, porém este veículo pelo seu uso intenso necessita regularmente de reparos, o que por vezes prejudica o transporte dos alunos até a escola.

Ciente desta necessidade, mui respeitosamente pedidos atenção especial a este pedido, reiterando que o mesmo será de grande utilidade para o transporte dos alunos da Escola APAE de Boa Esperança.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual